



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 32/2020

OBJETO: Contratação de companhia seguradora para cobertura dos bens imóveis sob responsabilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

IMPUGNANTE: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

1. RELATÓRIO

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60 sediada na Avenida Rio Branco, nº 1489, e na Rua Guaianases, nº 1238, Campos Elíseos, CEP 01205-001, em São Paulo/SP, apresentou, com fundamento no Decreto nº 3.555/2000, na Lei nº 10.520/2002 e no artigo 41 e seus parágrafos da Lei nº 8.666/93, impugnação ao edital relativo ao Pregão Eletrônico em epígrafe.

A impugnante requer a alteração dos itens 7.9.1.1. e 7.9.1.2 do edital, que tratam da qualificação técnica, alegando que *“tais itens do edital são, por óbvio, itens restritivos de participação por parte de diversas empresas licitantes, afetando, portanto, a competitividade neste certame.”*

Afirma que *“a abrangência de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnico-profissional e com VRD total igual ou superior a R\$ 30.000.000,00, de acordo com o objeto desta licitação é um valor extremamente alto e poderá causar grande impactos do ponto de vista financeiro para esta Administração uma vez que pouquíssimas seguradoras conseguirão atender tal requisito.”*

Salienta, ainda, que *“os subitens 7.9.1 e 7.9.1.2. entram em contradição uma vez que o item 7.9.1. dá a entender que é possível somar atestados e/ou declarações para efeitos de comprovação de qualificação técnica, quando cita que: ‘no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnico-profissional...’, contudo, o item 7.9.1.2. veda esta possibilidade.”*

A Secretaria de Engenharia (SENG), unidade demandante do objeto deste Pregão, manifestou-se sobre as alegações da impugnante.

É o relatório.

2. ADMISSIBILIDADE

2.1 – Tempestividade



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

O art. 24 do Decreto nº 10.024/2019, regente da presente licitação, dispõe que *“qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do prego, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até **três dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública”* (grifou-se).

No presente caso, a abertura das propostas foi designada para o dia **16/12/2020, às 13h00**, e a impugnação foi apresentada por intermédio de correspondência eletrônica enviada no dia **10/12/2020, às 18h40min**, sendo, portanto, tempestiva.

3. MÉRITO

Requer a impugnante a alteração dos itens 7.9.1.1. e 7.9.1.2 do edital, *“para excluir exigências desnecessárias vinculadas ao atestado de capacidade técnica”*.

A esse respeito, a Secretaria de Engenharia, área técnica responsável, por meio da CI/SENG/388/2020, manifestou-se nos seguintes termos:

“De início, cumpre destacar que a exigência de apresentação de atestado técnico como condicionante para qualificação técnica do licitante apresenta amparo legal, conforme previsão expressa no inciso II do art. 30 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

‘Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;’

O supracitado normativo ainda determina que a Administração Pública defina critérios objetivos para aferir a capacidade técnico-operacional dos interessados, exigindo que os atestados sejam compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, respeitando assim os princípios da impessoalidade e transparência.

Nesse contexto, entende-se ser necessário estabelecer um parâmetro de grandeza mínima de bens já segurados em outra contratação similar de forma a garantir a possibilidade de participação daqueles que tenham real capacidade potencial para



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

desenvolver os serviços com a segurança que o interesse público requer.

Assim, atendido o princípio da razoabilidade ao se determinar um percentual aproximado de 10% (R\$ 30.000.000,00) do Valor em Risco Declarado total da contratação que se pretende realizar (R\$ 311.233.744,40). Logo, pelo mesmo raciocínio explicitado no parágrafo anterior, o somatório de atestados não permite avaliar a capacidade de a empresa segurar um valor em risco com ordem de grandeza superior, sendo um critério necessário para selecionar os licitantes.

O aumento dos quantitativos por meio de somatório de atestados, para o fim de comprovação da capacidade técnico-operacional, acarreta, no processo licitatório em questão, o aumento da complexidade técnica do objeto, exigindo maior capacidade operativa e gerencial da licitante e ensejando potencial comprometimento da qualidade ou da finalidade almejadas na contratação.

Em relação ao subitem 7.9.1, não obstante o § 1º do art. 30 da Lei de Licitações cite a apresentação de “atestados”, no plural, a jurisprudência dominante tem se pronunciado no sentido de que a palavra se encontra no plural porque é o licitante que tem a liberdade de apresentar tantos atestados quanto julgar necessários para comprovar sua aptidão.

“§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências”

Nesse caso, como conclusão da análise, poderemos ter uma empresa com vários atestados, mas que não atenda às exigências do edital, como também podemos ter um licitante que por meio de apenas um atestado conseguirá demonstrar sua capacidade para realizar o objeto da licitação. Logo, o Edital faculta ao licitante a apresentação de um ou mais atestados, o que não se confunde com a soma dos quantitativos neles contidos.

Assim, considerando que os itens impugnados pela Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais não constituem restrição editalícia e, com vistas à obtenção da melhor proposta à Administração, no interesse público, em termos técnicos de engenharia, não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

apresentamos restrições à manutenção da redação apresentada no Edital.”

Como se vê, no entendimento da área técnica, faz-se necessária a comprovação da capacidade técnica da empresa por meio de atestado com VRD total de valor igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sendo vedado o somatório de atestados para efeito de comprovação deste quantitativo.

Tal exigência se mostra razoável, haja vista se tratar de, aproximadamente, 10% do valor em risco declarado total da contratação que se pretende realizar (R\$ 311.233.744,40).

Nada obstante, o licitante poderá apresentar tantos atestados quantos entender pertinentes, não havendo nenhuma contradição entre o item 7.9.1 e o subitem 7.9.1.2 do instrumento convocatório.

Desta forma, não há que se falar na alteração do edital, conforme requerido.

4. CONCLUSÃO

Ante o exposto, resolve a Pregoeira receber e conhecer da impugnação oferecida por **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**, por tempestiva, e, no mérito, desprovê-la, nos termos da fundamentação supra, sobretudo nos termos do parecer emitido pela unidade técnica/demandante, o qual adota em sua integralidade, fazendo parte deste *decisum*.

Mantida a data de abertura do certame.

Remeta-se cópia desta decisão, por meio eletrônico, à impugnante, disponibilizando-a e publicando-a no sítio eletrônico deste Tribunal.

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2020.

Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça
Pregoeira